

Demonstrações Financeiras

Facchini S.A.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

Facchini S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



Edifício Trade Tower
Av. José de Souza Campos, 900
1º andar - Nova Campinas
13092-123 - Campinas - SP - Brasil
Tel: +55 19 3322-0500
Fax: +55 19 3322-0559
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas
Facchini S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Facchini S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Facchini S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 07 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP027623/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Alexandre Fermino Alvares'.

Alexandre Fermino Alvares
Contador CRC-SP211793/O

Facchini S.A.

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2022	2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	886.806	611.993
Contas a receber de clientes	6	196.512	127.602
Contas a receber partes relacionadas		286	-
Estoques	7	754.833	700.577
Impostos a recuperar	10	37.744	228.297
Outros ativos		14.959	26.408
Total do ativo circulante		1.891.140	1.694.877
Não circulante			
Impostos a recuperar	10	15.027	13.060
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	5.058	-
Outros ativos		6.777	4.985
Imobilizado	8	686.593	555.725
Ativos de direito de uso	9	117.588	133.018
Total do ativo não circulante		831.043	706.788
Total do ativo		2.722.183	2.401.665

Facchini S.A.

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)--*continuação*

	Nota explicativa	2022	2021
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	112.390	103.996
Arrendamento mercantil	13	9.286	10.628
Fornecedores		340.024	424.871
Contas a pagar - partes relacionadas	14	8.000	8.000
Obrigações trabalhistas		60.592	61.481
Parcelamentos de tributos	15	3.904	3.456
Obrigações fiscais		61.650	54.613
Faturamento antecipado	16	137.246	137.523
Adiantamentos de clientes	17	42.339	86.300
Dividendos a pagar	14	53.375	54.418
Arrendamento a pagar	9	2.724	1.858
Arrendamento a pagar - partes relacionadas	9	37.416	30.052
Imposto de renda e contribuição social diferido	11	-	34.415
Outros passivos		29.175	27.044
Total do passivo circulante		898.121	1.038.655
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	286.066	223.728
Arrendamento mercantil	13	4.002	11.479
Partes relacionadas	14	963	986
Parcelamentos de tributos	15	4.588	7.624
Arrendamento a pagar	9	3.751	2.563
Arrendamento a pagar - partes relacionadas	9	88.333	108.594
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	18	11.855	6.830
Outros passivos		1.803	2.963
Total do passivo não circulante		401.361	364.767
Patrimônio líquido	19		
Capital social		700.000	350.000
Reserva de lucros		722.701	648.243
Total do patrimônio líquido		1.422.701	998.243
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.722.183	2.401.665

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Facchini S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	2022	2021
Receita operacional líquida	20	3.318.250	2.918.248
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	21	(2.441.990)	(2.207.840)
Lucro bruto		876.260	710.408
(Despesas) receitas operacionais			
Comerciais	21	(181.833)	(151.148)
Administrativas e gerais	21	(103.818)	(90.496)
Honorários da administração	21	(7.662)	(6.510)
Outras receitas operacionais, líquidas	22	1.582	96.686
		(291.731)	(151.468)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		584.529	558.940
Resultado financeiro	23		
Receitas financeiras		101.351	78.251
Despesas financeiras		(74.299)	(41.782)
Variação monetárias e cambiais, líquidas		(85)	(45)
		26.967	36.424
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		611.496	595.364
Imposto de renda e contribuição social	11		
Correntes		(214.612)	(106.259)
Diferidos		39.473	(42.397)
Lucro líquido do exercício		436.357	446.708
Média ponderada de ações do capital social no exercício		2.192.600	2.192.600
Lucro básico e diluído por ação - R\$		199,01	203,73

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Facchini S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	436.357	446.708
Outros resultados abrangentes		-
Resultado abrangente do exercício	<u>436.357</u>	<u>446.708</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Facchini S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de capital de giro	Reserva de incentivos fiscais		
Saldos em 31 de dezembro de 2020		227.680	21.573	309.483	45.520	-	604.256
Aumento de capital	19 (b)	122.320	-	(77.433)	(44.887)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	446.708	446.708
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Reserva legal	19 (c)	-	19.683	-	-	(19.683)	-
Reserva de incentivos fiscais	19 (d)	-	-	(53.321)	106.317	(53.051)	(55)
Dividendos aprovados	19 (f)	-	-	(48.926)	-	(3.740)	(52.666)
Reserva de capital de giro	19 (e)	-	-	370.234	-	(370.234)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		350.000	41.256	500.037	106.950	-	998.243
Aumento de capital	19 (b)	350.000	-	(244.173)	(105.827)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	436.357	436.357
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Reserva legal	19 (c)	-	21.818	-	-	(21.818)	-
Reserva de incentivos fiscais	19 (d)	-	-	-	50.415	(50.413)	2
Dividendos aprovados	19 (f)	-	-	(8.260)	-	(3.641)	(11.901)
Reserva de capital de giro	19 (e)	-	-	360.485	-	(360.485)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		700.000	63.074	608.089	51.539	-	1.422.701

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Facchini S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2022	2021
Lucro líquido do exercício		436.357	446.708
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa originário das atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	(39.473)	36.958
Depreciação imobilizado e ativo de direito de uso	8 e 9	96.651	78.155
Amortização de intangível		-	21
Perda (Ganho) na venda baixa de ativo imobilizado		(3.363)	(2.118)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	711	111
Provisão para comissões sobre vendas		511	1.770
Provisão para perda na realização de estoques		3.814	3.934
Provisão (reversão) de provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	18	5.025	105
Provisão para garantia		703	8.442
Diferença de variação cambial líquida		(1.087)	729
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e tributos parcelados e arrendamentos		70.956	36.979
		570.805	611.794
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		(69.621)	(34.724)
Partes relacionadas		(286)	-
Estoques		(58.070)	(315.920)
Impostos a recuperar		188.586	(188.057)
Outros ativos		9.656	(7.736)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		(84.847)	157.616
Partes relacionadas		(23)	(35)
Obrigações fiscais		209.467	139.336
Pacelamento de tributos		(3.595)	(3.628)
Faturamento antecipado		(277)	15.539
Obrigações trabalhistas, antecipação de clientes e outros		(45.031)	(12.591)
Caixa gerado nas atividades operacionais		716.764	361.596
Juros pagos durante o exercício		(54.764)	(23.490)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(202.430)	(91.877)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		459.570	246.227
Fluxo de caixa de operações de investimentos:			
Valor recebido na venda de imobilizado		13.130	9.130
Adições ao ativo imobilizado	8	(198.632)	(173.889)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(185.502)	(164.759)
Fluxo de caixa de operações de financiamentos:			
Empréstimos e financiamentos - captações		150.983	206.715
Empréstimos e financiamentos e leasing - pagamentos		(88.704)	(95.858)
Pagamento arrendamento de direito de uso		(48.590)	(36.011)
Dividendos pagos		(12.944)	(10.122)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		745	64.724
Aumento de caixa e equivalente de caixa		274.813	146.192
Caixa e equivalente de caixa - no início do exercício		611.993	465.801
Caixa e equivalente de caixa - no fim do exercício		886.806	611.993

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Facchini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Facchini S.A. (“Companhia”), com sede no município de Guarulhos - SP tem por objeto social a produção e distribuição, bem como a prestação de serviços de reformas, de linha completa de implementos rodoviários para todos os segmentos de mercado.

A Companhia dispõe de incentivo fiscal em seus estabelecimentos localizados nos Estados de Mato Grosso do Sul (MS), Mato Grosso (MT), Pernambuco (PE), Bahia (BA) e Pará (PA), conforme a seguir:

- (i) No Estado de Mato Grosso do Sul (MS), o incentivo denomina-se “MS Forte - Indústria”, conforme Lei Estadual nº 4.049/11 e Termos de Acordo nº 031/03 e nº 125/03 vigentes até 31 de dezembro de 2032, conforme terceiro Aditivo de 09 de outubro de 2018. O benefício é deduzido diretamente da apuração de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos estabelecimentos localizados nas cidades de Aparecida do Taboado (MS) e Campo Grande (MS), sendo aplicados 67% como redução do ICMS nas operações intraestadual e 80% nas operações interestadual. Para manutenção deste benefício, a Companhia precisa comprovar que mantém processo produtivo em seus estabelecimentos no Estado de Mato Grosso do Sul. Vide Nota Explicativa nº 19(d);
- (ii) No Estado de Mato Grosso (MT), o incentivo denomina-se “PRODEIC” - Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial de Mato Grosso, foi criado por meio da Lei Estadual n.º 7.958/03, regulamentada pelo Decreto 1.432/03, Lei nº 631/2019. O benefício é deduzido diretamente da apuração do ICMS dos estabelecimentos localizados nas cidades de Cuiabá (MT) e Rondonópolis (MT), sendo aplicada autorização de crédito outorgado. Os respectivos incentivos possuem vigência de 1º de janeiro de 2020 à 31 de dezembro de 2032, respectivamente;
- (iii) No Estado de Pernambuco (PE), o incentivo denomina-se “PROIND” - Programa de Estímulo à Indústria do Estado de Pernambuco instituído pelo Decreto nº 44.766, de 20 de julho de 2017, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento da atividade industrial no Estado de Pernambuco por meio da concessão de crédito presumido relativo ao ICMS, com um redutor de 75% no caso de estabelecimento localizado na Mesorregião Metropolitana do Recife e devendo obedecer ao montante mínimo anual de recolhimento conforme o Decreto, este benefício é deduzido diretamente da apuração do ICMS do estabelecimento localizado na cidade de Jaboatão dos Guararapes (PE). O referido incentivo possui vigência até 31 de dezembro de 2032, conforme estabelecido no Convênio ICMS nº 190, até 15 de dezembro de 2017;

Facchini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

- (iv) No Estado da Bahia (BA), o incentivo denomina-se “Programa Desenvolve”, regido pela Lei nº 7.980/2001 e pelo Decreto nº 8.205/2002. A Resolução nº 156/2010 concede o prazo de doze anos para fruição dos benefícios contados a partir de 1º de outubro de 2010 e foi prorrogado até junho de 2023. O benefício é deduzido diretamente da apuração de ICMS do estabelecimento localizada na cidade de Simões Filho (BA), sendo que o saldo devedor a ser alcançado pelo incentivo deve ser gerado em função das operações próprias do estabelecimento industrial, gerando aproximadamente uma redução de 81% no ICMS nas operações intra e interestaduais. Para manutenção deste benefício, a Companhia precisa comprovar que mantém processo produtivo em seus estabelecimentos no Estado da Bahia;
- (v) No Estado do Pará (PA), o incentivo é administrado pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, regido pelo artigo 1º da Medida Provisória 2.199-14/2001, com redação dada pelo artigo 32 da Lei nº 11.196/2005, artigos 5º e 13 do Regulamento dos Incentivos Fiscais Administrados pela SUDAM, conforme Laudo constitutivo nº 133/2013 o benefício tem término previsto para o ano calendário de 2022, sendo que atualmente a administração da Companhia está discutindo junto a SUDAM a renovação desse benefício. O benefício é deduzido diretamente da apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), sendo que o saldo devedor a ser alcançado pelo incentivo deve ser gerado em função das operações próprias do estabelecimento industrial, gerando aproximadamente uma redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis. Para manutenção deste benefício, a Companhia precisa comprovar que mantém processo produtivo em seus estabelecimentos no Estado do Pará. Vide Nota Explicativa nº 19(d); e
- (vi) Já o incentivo de imposto de renda e adicionais administrado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, com fundamento no artigo 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com a nova redação dada pelo artigo 69 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, conforme com critérios estabelecidos no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002 e na Portaria do Ministério da Integração Nacional nº 2.091-A, de 28 de dezembro de 2007. O benefício é deduzido diretamente da apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), sendo que o saldo devedor a ser alcançado pelo incentivo deve ser gerado em função das operações próprias do estabelecimento industrial, gerando uma redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis. Conforme Laudo constitutivo nº 0174/2012 o período de vigência deu-se até 31 de dezembro de 2021, foi protocolado em 2022 junto a SUDENE a renovação desse benefício, mas a Companhia não obteve retorno até o momento. Para manutenção deste benefício, a Companhia precisa implantar o empreendimento na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. Vide Nota Explicativa nº 19(d).

Facchini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Covid-19

A Companhia tomou várias medidas para monitorar e prevenir os efeitos da COVID-19, incluindo medidas de saúde e segurança para os seus colaboradores (redução do fluxo de pessoas em suas instalações industriais, férias antecipadas, limitação das salas de reunião, aumento do horário das refeições, entre outros).

Intensificou o protocolo de higienização e desinfecção periódica em áreas com maior circulação, realizou plano de protocolo de testagem e prevenção, aumentou as campanhas de conscientização com todos os colaboradores.

Colaborou com a comunidade, através de doações ao hospital que atende a maioria de nossos funcionários e região em São José do Rio Preto, doação de máscaras, kits de higiene a entidades beneficentes. E buscamos auxiliar o nosso principal cliente, o motorista através da cessão de marmitas no período em que os restaurantes de beira de estradas encontravam-se fechados.

A Companhia continua acompanhando de perto os impactos pós COVID-19 em suas atividades operacionais, porém até o momento não identificou nenhum impacto operacional ou financeiro significativo em suas atividades de negócios, a exemplo do aumento da inflação e escassez de matérias-primas, que impactaram na oferta de alguns dos principais insumos da cadeia automotiva, como aços, borrachas e embalagens, principalmente no segundo ano da pandemia até o início de 2022.

Impactos do conflito e das sanções relacionadas na Ucrânia, Rússia e Bielorrússia

A guerra na Ucrânia, iniciada em 2022, gera instabilidades econômicas no Brasil e no mundo. Muitos países impuseram e continuam a impor novas sanções a determinadas entidades e indivíduos russos. Sanções também foram impostas à Bielorrússia. Até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia avaliou e concluiu que não houve impactos significativos em sua operação, tendo em vista o fato de a Companhia não transacionar com commodities, não exportar e não possuir operações nesses países. A Administração avalia de forma constante o desdobramento do assunto com o objetivo de implementar medidas para mitigar qualquer impacto em suas operações.

Facchini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Impactos do conflito e das sanções relacionadas na Ucrânia, Rússia e Bielorrússia--Continuação

As normas contábeis requerem que ao elaborar as demonstrações financeiras, a administração deve fazer a avaliação da capacidade de a entidade continuar em operação no futuro previsível. A Administração, considerando o equilíbrio observado de sua liquidez corrente, além da expectativa de geração de caixa suficiente para liquidar os seus passivos para os próximos 12 meses, concluiu que não há nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e, portanto, concluiu que é adequado a utilização do pressuposto de continuidade operacional para a elaboração de suas demonstrações financeiras.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras, estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo contra o resultado do exercício.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgados na Nota 3.

Facchini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Base de elaboração--Continuação

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão, estando determinadas práticas contábeis divulgadas em suas respectivas notas explicativas.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 07 de março de 2022, considerando os eventos subsequentes até esta data.

O resumo das principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras é o seguinte:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, fundos mantidos em contas bancárias e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixados para resgate, têm liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

b) Contas a receber de clientes

Registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados a valor presente e segregados entre curto e longo prazos de acordo com seus vencimentos, se aplicável. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão sobre créditos de liquidação duvidosa, constituída com base em análise das contas a receber em atraso, considerando ainda a expectativa de perda sobre as contas a receber, em montante considerado suficiente para cobrir perdas na sua realização.

Facchini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Base de elaboração--Continuação

c) Estoques

Apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio de aquisição ou produção. O valor líquido realizável corresponde ao preço estimado de venda dos estoques, deduzido dos custos de produção e das despesas de venda. Quando aplicável, é constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos estoques.

d) Imobilizado

Demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e, quando aplicável, por perda por redução ao valor recuperável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação desses ativos inicia-se quando estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. Terrenos não são depreciados. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

As vidas úteis do ativo imobilizado são as seguintes:

	<u>Anos</u>
Edifícios e construções	25
Máquinas e equipamentos	10
Veículos	5
Instalações industriais	10
Ferramentas e utensílios	10
Móveis e utensílios administrativos e industriais	10
Sistemas e equipamentos de informática	5
Benfeitorias em propriedade de terceiros	25

Facchini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Base de elaboração--Continuação

d) Imobilizado--Continuação

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

e) Arrendamentos

O Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

e.1) *Companhia como arrendatária*

Aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. Reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

e.2) *Ativos de direito de uso*

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

- Edifícios - 2 a 9 anos
- Equipamentos - 4 anos

Facchini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Base de elaboração--Continuação

e) Arrendamentos--Continuação

e.3) *Passivos de arrendamento*

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconheceu os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Facchini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Base de elaboração--Continuação

e) Arrendamentos--Continuação

e.4) *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor*

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra).

Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

f) Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor do dinheiro no tempo é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados serem recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Facchini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Base de elaboração--Continuação

g) Ativos e passivos vinculados a moedas estrangeiras ou sujeitos à atualização monetária

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação monetária, são atualizados até a data do balanço. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos para reais às taxas de câmbio em vigor na data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas diretamente no resultado do exercício, exceto quando se referirem a resultados abrangentes que são registrados diretamente no patrimônio líquido.

h) Tributos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

h.1) *Tributos correntes*

A provisão para imposto de renda é calculada e registrada com base no lucro tributável relativo a cada trimestre, ajustado na forma legal, calculada pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% sobre a base tributável. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

h.2) *Tributos diferidos*

O imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 11.

Facchini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Base de elaboração--Continuação

h) Tributos--Continuação

h.2) *Tributos diferidos*--Continuação

O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor do que as estimativas consideradas, quando da definição da necessidade e do montante a ser registrado de ativo fiscal. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado na data do balanço e reduzido quando não for mais provável que haja lucro tributável disponível para permitir que todo o ativo, ou parte dele, seja recuperado.

h.3) *Tributos sobre as vendas*

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto: Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

i) Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

i.1) *Ativos financeiros*

Ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

i) *Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)*

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.

Facchini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Base de elaboração--Continuação

i) Instrumentos financeiros--Continuação

i.1) *Ativos financeiros*--Continuação

i) *Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)*-- Continuação

- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado estão divulgados na Nota 25.

ii) *Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado*

Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos obrigatoriamente mensurados ao valor justo. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço, são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, como receitas ou despesas financeiras.

Os ativos financeiros da Companhia mensurados ao valor justo estão divulgados na Nota 25.

Facchini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Base de elaboração--Continuação

i) Instrumentos financeiros--Continuação

i.2) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis ou contas a pagar.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto e instrumentos financeiros derivativos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia estão divulgados na Nota 25.

i.3) *Compensação de instrumentos financeiros*

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

j) Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida no passivo e em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo.

Facchini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Base de elaboração--Continuação

j) Subvenções governamentais--Continuação

j.1) *ICMS*

Representado pela dedução obtida nas apurações mensais de ICMS dos estabelecimentos localizados nos Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Bahia, o qual é registrado diretamente ao resultado do exercício, na rubrica "Deduções de vendas", considerando que o benefício obtido está diretamente relacionado ao ICMS sobre as vendas. O incentivo do Estado de Pernambuco, somente é registrado no resultado após cumprido o montante mínimo anual de recolhimento, antes disso ele é registrado na conta do passivo. Para manter estes incentivos, a Companhia tem o compromisso de manter o faturamento, além de determinado número de empregados e nível de investimentos naqueles Estados.

A Companhia destina o valor deste incentivo fiscal até o limite do lucro líquido do exercício à rubrica "Reserva para incentivos fiscais". No caso de a Companhia apurar prejuízo no exercício ou o lucro líquido ser inferior à parcela decorrente do incentivo e, nesse caso, este não puder ser destinado à rubrica "Reserva para incentivos fiscais", sua destinação, de forma cumulativa até que seja destinado, ocorrerá em exercícios subsequentes (Nota 19).

j.2) *Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ*

A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM visando à Implantação de empreendimento industrial na área de sua atuação expediu Laudo constitutivo do direito a redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro de exploração, com fruição por 10 anos vigorando até o ano-calendário de 2022, o qual é calculado com base no lucro da exploração. A Companhia em contrapartida deverá atender algumas obrigações como a de aplicar o valor de redução do IRPJ em atividades diretamente ligadas a produção ou operação na área de atuação da SUDAM.

Facchini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Base de elaboração--Continuação

j) Subvenções governamentais--Continuação

j.2) *Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ*--Continuação

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE visando a Implantação de empreendimento industrial na área de sua atuação expediu Laudo constitutivo do direito a redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro de exploração, com fruição por 10 anos vigorando até o ano calendário de 2021, o qual é calculado com base no lucro da exploração. A Companhia em contrapartida deverá atender algumas obrigações como a de aplicar o valor de redução do IRPJ somente nos produtos determinados no anexo I do Laudo Constitutivo.

k) Reconhecimento de receita

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços. A Companhia conclui que é o principal em seus contratos de receita porque controla os bens ou serviços antes de transferi-los para o cliente. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

k.1) *Vendas de produtos*

O reconhecimento da receita não ocorre até que: (i) os implementos rodoviários tenham sido entregues para o cliente; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda.

Facchini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Base de elaboração--Continuação

k) Reconhecimento de receita--Continuação

k.2) *Prestação de serviços*

A receita referente à prestação de serviços com base em tempo e materiais contratados é reconhecida às taxas contratuais, conforme as horas trabalhadas e quando as despesas diretas são incorridas.

k.3) *Componente de financiamento significativo*

Geralmente, a Companhia recebe adiantamentos de curto prazo de seus clientes. Utilizando o expediente prático contido no CPC 47, a Companhia não ajusta o valor prometido de contraprestação para efeito de um componente de financiamento significativo se tem a expectativa, no início do contrato, de que o período entre a transferência do bem ou serviço prometido para o cliente e o momento em que o cliente paga por este bem ou serviço será de um ano ou menos.

l) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

m) Capital social - Ações ordinárias

São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

n) Lucro por ação

Calculado com base na quantidade ponderada de ações do capital social no exercício.

Facchini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Companhia como arrendatária)

A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

A Companhia possui alguns contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão, sendo aplicado julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado).

Os períodos de renovação de arrendamentos de imóveis com períodos não canceláveis mais longos (os quais são de 5 a 10 anos) não são incluídos como parte do prazo do arrendamento, pois esses não são avaliados pela Administração como razoavelmente certos. Além disso, as opções de renovação para locações de máquinas não são incluídas como parte do prazo do arrendamento uma vez que a Companhia normalmente aluga os por não mais de cinco anos e, portanto, não exerce nenhuma opção de renovação. Ademais, os períodos cobertos pelas opções de rescisão são incluídos como parte do prazo do arrendamento apenas quando são avaliados como razoavelmente certos de não serem exercidos.

Facchini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos a Companhia (como o rating de crédito).

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Facchini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor, levando em consideração os benefícios fiscais, conforme mencionados na Nota 1. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro.

Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato com clientes. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso e indicadores externos para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, por tipo de cliente e risco de crédito, entre outras).

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

Facchini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

4. Normas, alterações e interpretações de normas

a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1)

As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como:

- Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato;
- Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido; e
- Referências à Estrutura conceitual.

A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022.

Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato

Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que a Empresa não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos.

As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e um alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que não foi identificado contratos onerosos.

Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido

A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado.

Facchini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

4. Normas, alterações e interpretações de normas--Continuação

a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022--Continuação

Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido--Continuação

De acordo com as regras de transição, a Companhia aplica as alterações retrospectivamente apenas aos itens de imobilizado disponível para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado quando a entidade aplica a alteração pela primeira vez (a data da aplicação inicial).

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia já que não houve vendas de tais itens produzidos por ativo imobilizado disponibilizado para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado.

Referências à Estrutura conceitual

As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos.

As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da *IFRS 3 Business Combinations* (equivalente ao CPC 15 (R1) - Combinação de negócios) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do 'dia 2' decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da *IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets* (equivalente ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) ou *IFRIC 21 Levies*, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição.

As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição. De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica as alterações prospectivamente, ou seja, para combinações de negócios que ocorram após o início do período de relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez (a data da aplicação inicial).

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que não existiam ativos, passivos ou passivos contingentes no âmbito dessas alterações que surgiram durante o período.

Facchini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

4. Normas, alterações e interpretações de normas--Continuação

a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022--Continuação

IFRS 9 Financial Instruments - Taxas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros)

A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro.

De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica a emenda aos passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a emenda pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras, pois não houve modificações nos instrumentos financeiros durante o período.

IAS 41 Agriculture - Tributação em mensuração a valor justo (equivalente ao CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola)

A alteração remove a exigência do parágrafo 22 da IAS 41 de que as entidades excluam os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo dos ativos dentro do escopo da IAS 41 (equivalente ao CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola).

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que não possuía ativos no âmbito da IAS 41 ou CPC 29 à data de relato.

b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 2022

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005.

Facchini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

4. Normas, alterações e interpretações de normas--Continuação

b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 2022--Continuação

IFRS 17 - Contratos de seguro--Continuação

A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável); e
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Facchini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

4. Normas, alterações e interpretações de normas--Continuação

b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 2022--Continuação

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Companhia.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e *IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia está atualmente revisitando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas.

Facchini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

4. Normas, alterações e interpretações de normas--Continuação

b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 2022--Continuação

Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação

Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa e bancos	78	926
Aplicações financeiras - fundos de renda fixa (a)	886.728	611.067
Caixa e equivalentes de caixa	886.806	611.993

(a) Aplicações financeiras - renda fixa: referem-se substancialmente a fundos de investimentos em renda fixa, mantidos em instituições financeiras de baixo risco de crédito. São registradas pela Companhia ao valor justo contra resultado que é compatível com o custo, acrescido dos rendimentos pós-fixados auferidos até a data do balanço a taxas que variam de 100% a 104% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Essas aplicações possuem alta liquidez, são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

6. Contas a receber de clientes

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Clientes - mercado interno	185.512	122.920
Clientes - mercado externo (i)	15.642	8.744
Cheques em cobrança	228	97
(-) Provisão para perdas de créditos esperadas	(4.870)	(4.159)
	196.512	127.602

(i) Os saldos sob a rubrica "Contas a receber de clientes - mercado externo" representam faturas comerciais ("invoices") que estão denominadas originalmente em dólares norte-americanos e atualizadas por variação cambial até a data do balanço.

Facchini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

6. Contas a receber de clientes--Continuação

Em 31 de dezembro, os saldos de contas a receber estão compostos, por vencimento, como seguem:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
A vencer	129.538	77.811
Vencidos até 60 dias	59.909	43.605
Vencidos de 61 a 90 dias	2.460	1.117
Vencidos de 91 a 180 dias	2.701	4.623
Vencidos de 181 a 360 dias	1.447	449
Vencidos há mais de 360 dias	5.327	4.156
	<u>201.382</u>	<u>131.761</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na avaliação das contas a receber em aberto, considerando análise individual dos clientes nessa situação, levando-se em consideração o conhecimento da Diretoria do mercado de atuação da Companhia, o histórico de recebimentos e as garantias envolvidas em cada hipótese.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não há saldos de contas a receber de clientes cedidos em garantia.

A seguir demonstramos a movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo no início do exercício	4.159	4.048
Valores recuperados durante o exercício	(294)	(495)
Adições de novas provisões	1.005	606
Saldo no fim do exercício	<u>4.870</u>	<u>4.159</u>

7. Estoques

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Produtos acabados	7.915	2.847
Produtos semiacabados	232.019	228.000
Produtos intermediários	165.777	148.377
Matérias-primas	221.180	193.237
Produtos em processo	98.925	76.410
Estoque em poder de terceiros	11.316	10.351
Outros materiais diversos	25.449	45.289
(-) Provisão para perda na realização de estoques	(7.748)	(3.934)
	<u>754.833</u>	<u>700.577</u>

Facchini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

7. Estoques--Continuação

A provisão para perda na realização de estoques faz a identificação dos itens que estão sem movimentação a mais de 360 dias em função do tempo, do avanço tecnológico ou de outros fatores tenham se deteriorado e eles são reportados às áreas responsáveis para que seja realizado uma análise dos casos a fim de buscar uma ação para os casos identificados.

8. Imobilizado

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Terrenos	1.352	1.352
Edifícios e construções	7.621	8.043
Máquinas e equipamentos	340.736	288.747
Veículos	40.568	32.747
Instalações industriais	21.130	15.909
Ferramentas e utensílios	22.245	19.007
Móveis e utensílios administrativos e industriais	7.875	6.772
Equipamentos de informática	4.186	3.613
Benfeitorias em propriedade de terceiros	54.181	26.340
Imobilizado em andamento	160.090	123.607
	<u>659.984</u>	<u>526.137</u>
Imobilizado adquirido por arrendamento financeiro: (i)		
Máquinas e equipamentos	20.728	22.988
Veículos	3.957	4.349
Ferramentas e utensílios	979	1.103
Móveis e utensílios	40	83
Sistemas e equipamentos de informática	905	1.065
	<u>26.609</u>	<u>29.588</u>
Total	<u>686.593</u>	<u>555.725</u>

- (i) Esses ativos foram reconhecidos com base nas determinações do CPC 06 (R2), além das disposições do ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil, que estabeleceram os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos.

Facchini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

8. Imobilizado--Continuação

A movimentação do custo do ativo imobilizado é como segue:

	2021	Adições	Baixa	Transferência	2022
Terrenos	1.352	-	-	-	1.352
Edifícios e construções	10.489	-	-	-	10.489
Máquinas e equipamentos	513.855	34.433	(15.510)	62.042	594.820
Veículos	73.795	18.223	(7.410)	-	84.608
Instalações industriais	38.045	1.225	(725)	5.578	44.123
Ferramentas e utensílios	45.346	5.895	(985)	1.638	51.894
Móveis e utensílios administrativos e industriais	21.572	1.904	(421)	(261)	22.794
Sistemas e equipamentos de informática	13.303	1.525	(128)	329	15.029
Benfeitorias em propriedade de terceiros	49.135	-	-	30.181	79.316
Imobilizado em andamento	123.607	136.011	(21)	(99.507)	160.090
Total	890.499	199.216	(25.200)	-	1.064.515

	2020	Adições	Baixa	Transferência	2021
Terrenos	1.468	-	(116)	-	1.352
Edifícios e construções	10.489	-	-	-	10.489
Máquinas e equipamentos	400.028	24.167	(9.990)	99.650	513.855
Veículos	60.533	17.711	(4.449)	-	73.795
Instalações industriais	34.228	1.658	(190)	2.349	38.045
Ferramentas e utensílios	37.842	4.040	(1.335)	4.799	45.346
Móveis e utensílios administrativos e industriais	19.078	2.092	(366)	768	21.572
Sistemas e equipamentos de informática	12.483	1.132	(172)	(140)	13.303
Benfeitorias em propriedade de terceiros	44.132	-	-	5.003	49.135
Imobilizado em andamento	102.289	136.773	(3.026)	(112.429)	123.607
Total	722.570	187.573	(19.644)	-	890.499

A movimentação da depreciação é como segue:

	Taxa de depreciação % (a.a.)	2021	Adições	Baixas	Transferências	2022
Edifícios e construções	4	(2.446)	(422)	-	-	(2.868)
Máquinas e equipamentos	10	(202.120)	(38.618)	8.670	(1.288)	(233.356)
Veículos	20	(36.699)	(8.789)	5.405	-	(40.083)
Instalações industriais	10	(22.136)	(1.827)	344	626	(22.993)
Ferramentas e utensílios	10	(25.236)	(3.951)	512	5	(28.670)
Móveis e utensílios administrativos e industriais	10	(14.717)	(1.193)	374	657	(14.879)
Sistemas e equipamentos de informática	20	(8.625)	(1.441)	128	-	(9.938)
Benfeitorias em propriedade de terceiros	4	(22.795)	(2.340)	-	-	(25.135)
Total		(334.774)	(58.581)	15.433	-	(377.922)

Facchini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

8. Imobilizado--Continuação

	Taxa de depreciação % (a.a.)	2020	Adições	Baixas	Transferências	2021
Edifícios e construções	4	(2.022)	(424)	-	-	(2.446)
Máquinas e equipamentos	10	(173.640)	(33.501)	6.478	(1.457)	(202.120)
Veículos	20	(34.246)	(6.596)	4.142	1	(36.699)
Instalações industriais	10	(21.848)	(1.871)	189	1.394	(22.136)
Ferramentas e utensílios	10	(23.140)	(3.416)	1.320	-	(25.236)
Móveis e utensílios administrativos e industriais	10	(13.907)	(1.161)	348	3	(14.717)
Sistemas e equipamentos de informática	20	(7.642)	(1.200)	157	60	(8.625)
Benfeitorias em propriedade de terceiros	4	(21.300)	(1.494)	-	(1)	(22.795)
Total		<u>(297.745)</u>	<u>(49.663)</u>	<u>12.634</u>	<u>-</u>	<u>(334.774)</u>
Imobilizado líquido - 2021		<u>555.275</u>				
Imobilizado líquido - 2022		<u>686.593</u>				

As imobilizações em andamento correspondem adiantamento à fornecedores referentes a compra de máquinas, benfeitorias em andamento, entre outros, substancialmente relacionados com a construção da nova área de fundição.

As taxas de depreciação são calculadas com base na vida útil estimada de cada ativo, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.3.d.

Em 2022 em conformidade com o CPC 27, a Companhia realizou avaliação da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluíram que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente. A determinação da vida útil dos ativos leva em consideração não só o tipo de ativo, mas também seu regime de utilização e as condições às quais este ativo é submetido durante seu uso.

Facchini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

9. Ativo de direito de uso e Passivos de arrendamentos (direito de uso)

(a) Ativo de direito de uso

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ativo de Direito de Uso - Terceiros:		
Edifícios	5.719	3.904
Equipamentos	165	67
	<u>5.884</u>	<u>3.971</u>
Ativo de Direito de Uso - Partes relacionadas:		
Edifícios	111.704	129.047
	<u>111.704</u>	<u>129.047</u>
Total	<u>117.588</u>	<u>133.018</u>

A movimentação do custo do ativo direito de uso é como segue:

	<u>2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixa</u>	<u>Remensuração</u>	<u>2022</u>
Edifícios	173.828	12.993	-	9.438	196.259
Equipamentos	374	209	-	-	583
Total	<u>174.202</u>	<u>13.202</u>	<u>-</u>	<u>9.438</u>	<u>196.842</u>
	<u>2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixa</u>	<u>Remensuração</u>	<u>2021</u>
Edifícios	124.180	26.397	(460)	23.711	173.828
Equipamentos	374	-	-	-	374
Total	<u>124.554</u>	<u>26.397</u>	<u>(460)</u>	<u>23.711</u>	<u>174.202</u>
Arrendamento líquido 2021	<u>133.018</u>				
Arrendamento líquido 2022	<u>117.588</u>				

A movimentação da depreciação é como segue:

	<u>Taxa de depreciação % (a.a.)</u>	<u>2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>2022</u>
Edifícios	10,53 a 41,38%	(40.877)	(37.959)	-	(78.836)
Equipamentos	28,57%	(307)	(111)	-	(418)
Total		<u>(41.184)</u>	<u>(38.070)</u>	<u>-</u>	<u>(79.254)</u>
	<u>Taxa de depreciação % (a.a.)</u>	<u>2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>2021</u>
Edifícios	10,53 a 41,38%	(12.537)	(28.390)	50	(40.877)
Equipamentos	28,57%	(205)	(102)	-	(307)
Total		<u>(12.742)</u>	<u>(28.492)</u>	<u>50</u>	<u>(41.184)</u>

Facchini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

9. Ativo de direito de uso e Passivos de arrendamentos (direito de uso)-- Continuação

(a) Ativo de direito de uso--Continuação

As taxas de depreciação são calculadas com base no ativo de direito de uso, desde a data de início do contrato até o que ocorrer primeiro entre o fim da vida útil do ativo de direito de uso ou o fim do prazo de arrendamento.

Em 01 de outubro de 2020, a Companhia renovou substancialmente os contratos de aluguel de imóveis com partes relacionadas, os quais possuíam vencimento original em 31 de dezembro de 2020. Considerando que essa renovação de contratos alterou substancialmente o fluxo de caixa futuro e o prazo do contrato, os valores anteriormente reconhecidos foram integralmente baixados contra o resultado do exercício. Adicionalmente, a administração da Companhia reconheceu o passivo de arrendamento e o direito de uso desses novos contratos pelo novo período contratual, de 10 anos, estimando o valor presente na data início desses novos contratos, utilizando a taxa incremental de juros de 11,04%.

(b) Passivo de arrendamento (direito de uso)

Valor contábil líquido ao fim do exercício

Tipo	Taxa de juros ao ano (%)	Vencimento final	2022	2021
Arrendamento em moeda nacional	10,00% a 11,00%	09/2028	132.224	143.067
			132.224	143.067
Circulante			40.140	31.910
Não circulante			92.084	111.157
			132.224	143.067

O valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, classificado como não circulante, tem seus vencimentos conforme a seguir:

	2022	2021
2023	-	38.659
2024	46.516	37.859
2025	36.690	34.639
2026	8.878	-
	92.084	111.157

Refere-se, substancialmente, a operações de arrendamento conforme o CPC 06 R2 com a finalidade de aluguéis de edificações, terrenos e equipamentos industriais.

Facchini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

9. Ativo de direito de uso e Passivos de arrendamentos (direito de uso)-- Continuação

b) Passivo de arrendamento (direito de uso)--Continuação

Valor contábil líquido ao fim do exercício--Continuação

Referidas operações são registradas pelo seu valor presente, acrescido das taxas de juros contratadas, quando aplicável, atualizadas pela taxa de câmbio pactuada.

Em 31 de dezembro de 2022, o custo do ativo de direito de uso, líquido de depreciação, referente às operações de "aluguéis" é de R\$117.588 (2021 - R\$133.018).

A movimentação dos arrendamentos é como a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo inicial	143.067	116.464
Novos arrendamentos	13.201	26.338
Baixas	-	(421)
Remensuração	9.438	23.711
Apropriação dos juros	15.108	12.986
Parcelas de arrendamento pagas	(48.590)	(36.011)
Saldo final	132.224	143.067

10. Impostos a recuperar

O saldo é composto como segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
IRPJ e CSLL - antecipações	14	-
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	16.845	31.661
ICMS	25.831	32.672
PIS/COFINS (a)	1.535	171.354
Outros	8.546	5.670
	52.771	241.357
Circulante	37.744	228.297
Não circulante	15.027	13.060
	52.771	241.357

Facchini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

10. Impostos a recuperar--Continuação

Os saldos classificados como não circulantes referem-se a créditos na compra de ativo imobilizado (CIAP) e contraprestações de operações de arrendamento mercantil financeiro. Os créditos de IPI referem-se a créditos originados sobre aquisição de matéria-prima, dentre outros, que vêm sendo utilizados pela Companhia mediante pedidos de ressarcimentos realizados trimestralmente.

a) ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins

Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por maioria, em julgamento com repercussão geral, que o ICMS não compõe a base de cálculo das contribuições para o PIS e da COFINS, sendo a decisão válida a partir de 15 de março de 2017, data que foi fixada a tese de repercussão geral, quando do julgamento do recurso extraordinário (RE) 574.706, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data da sessão em que foi proferido o julgamento. O estabelecido nessa decisão também esclareceu que a tese trata do ICMS destacado em nota fiscal.

A Companhia ajuizou ação em dezembro de 2008, obtendo trânsito em julgado de sua ação de forma favorável em novembro de 2021 com data retroativa a setembro de 2021. Como consequência do trânsito em julgado de sua ação, a Companhia efetou o levantamento dos referidos créditos tributários, perfazendo o montante total de R\$184,3 milhões, já com atualização monetária e juros inclusos no valor de R\$58,2 milhões. Entretanto, a Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$169,3 milhões (sendo R\$118,3 milhões correspondente ao valor original e R\$51 milhões de atualização monetária com base na SELIC), restando uma diferença no montante de R\$15 milhões que foi reconhecida em 2022 mediante levantamento dos documentos suportes. O referido crédito foi substancialmente utilizado durante o exercício de 2022.

Facchini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

11. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	611.496	595.364
Alíquota de imposto de renda e contribuição social vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social antes de adições e exclusões	(207.884)	(202.424)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:		
Doações, brindes, multas indedutíveis e PECLD	(2.406)	(4.444)
Incentivos fiscais do ICMS, (2021 - incluindo R\$17.602 de anos anteriores)	17.074	35.639
Incentivos fiscais de doações	4.170	2.265
PAT	3.966	2.277
Incentivo fiscal - pesquisas tecnológicas e desenvolvimento de inovação tecnológica (Lei 11.196/05, art. 19, § 1º) - Lei do Bem	5.202	1.360
Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins, líquido do passivo diferido sobre o valor principal (Nota 10) (i)		14.394
Outros	4.739	2.277
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(175.139)	(148.656)
Composição do crédito (da despesa) do imposto de renda e da contribuição social no resultado do exercício:		
Imposto de renda e contribuição social correntes	(214.612)	(106.259)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	39.782	(42.397)
	(175.139)	(148.656)
Alíquota efetiva	28,64%	24,96%

(i) Não incidência do IRPJ e da CSLL sobre a Selic na devolução de tributos pagos indevidamente

Em 24 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento de mérito do RE nº 1.063.187, fixou a tese do Tema nº 962 no sentido de ser “inconstitucional a incidência do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário”. Segundo a decisão, unânime no mérito e em sede de repercussão geral, a Selic constitui mera indenização pelo atraso no pagamento da dívida, e não representa acréscimo patrimonial que é o fato gerador para a tributação do IRPJ e da CSLL.

A decisão do STF reformou decisão pretérita do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em sentido oposto, cujo entendimento era de que os juros de mora teriam natureza de indenização na modalidade de lucros cessantes e, portanto, representariam acréscimo patrimonial para fins de tributação do IRPJ e da CSLL. Referida decisão do STJ havia sido proferida em sede de repetitivo. O acórdão do STF ainda não foi publicado e, portanto, não é conhecido como a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) se manifestará quanto a esta decisão.

Facchini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

11. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

a) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social--Continuação

Não obstante esse fato, em cumprimento ao art. 1.035, § 11º, do Código de Processo Civil, a súmula da decisão da repercussão geral foi publicada em 30 de setembro de 2021, no sentido de dar publicidade à sociedade do entendimento do STF sobre a matéria. Em casos similares, o histórico das decisões do STF tem sido no sentido de preservar o direito dos contribuintes que ingressaram com ação judicial própria até a data da conclusão do julgamento de mérito, com modulação de efeitos após a data da decisão de mérito. A Companhia ingressou com ação judicial pleiteando a referida tese em 05 de agosto de 2021 e, portanto, não tributou a atualização monetária sobre o processo transitado em julgado relacionado a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins (Nota 10).

b) Em 31 de dezembro a composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos, no ativo não circulante e no passivo não circulante, é como segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Imposto de renda diferido sobre:		
Ativo:		
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	2.964	1.708
Provisão para garantia	5.008	4.832
Provisão para participação nos resultados	1.111	1.055
Provisão para comissões s/ vendas	1.499	1.371
Provisão para perdas de créditos esperadas	1.217	1.040
Provisão para perda de estoque	1.937	984
Ajuste CPC 04 - Software	179	124
Ativo de direito de uso	1.006	1.081
	<u>14.921</u>	<u>12.195</u>
Passivo:		
Despesas com "leasing"	(4.376)	(2.787)
Ajustes de depreciações - avaliação da vida útil	(6.826)	(5.132)
Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins (i)	-	(29.581)
	<u>(11.202)</u>	<u>(37.500)</u>
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Contribuição social diferida sobre:		
Ativo:		
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	1.067	615
Provisão para garantia	1.803	1.740
Provisão para participação nos resultados	400	380
Provisão para comissões s/ vendas	540	494
Provisão para perdas de créditos esperadas	438	374
Provisão para perda de estoque	697	354
Ajuste CPC 04 - Software	64	45
Ativo de direito de uso -	362	389
	<u>5.371</u>	<u>4.391</u>

Facchini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

11. Imposto de renda e contribuição social-Continuação

- b) Em 31 de dezembro a composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos, no ativo não circulante e no passivo não circulante, é como segue:--Continuação

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Passivo:		
“Leasing”	(1.575)	(1.003)
Ajustes de depreciações - avaliação da vida útil	(2.457)	(1.848)
Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins (i)	-	(10.650)
	(4.032)	(13.501)
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	20.292	16.586
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(15.234)	(51.001)
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	5.058	(34.415)

- (i) Trata-se do IRPJ e CSLL devido sobre valor principal do crédito tributário do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins (Nota 10), decorrente da não tributação do valor principal do crédito no momento do registro contábil, mas apenas mediante entrega da primeira declaração de compensação, conforme previsto pela Solução de Consulta COSIT 183, de 15 de dezembro de 2021.

A movimentação do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020 - ativo fiscal diferido	2.543
Movimentação em 2021	<u>(36.958)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021 - passivo fiscal diferido	<u>(34.415)</u>
Movimentação em 2022	<u>39.473</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022 - ativo fiscal diferido	<u>5.058</u>

A Companhia, com base nas projeções de resultados tributáveis futuros aprovadas pela Administração, reconheceu créditos tributários sobre diferenças temporariamente dedutíveis, os quais não possuem prazo prescricional. O valor contábil do ativo diferido é revisado periodicamente pela Companhia.

Facchini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

12. Empréstimos e financiamentos

Tipo	Indexador	Taxa de juros a.a. (%)	Vencimento final	2022	2021
Imobilizado em moeda nacional (a)	TJLP	2,50 a 18,00%	08/2029	49.080	42.978
Imobilizado em moeda estrangeira (b)	US\$	3,39 a 4,50%	01/2024	4.768	12.293
Capital de giro e outros (c)	Pré + CDI	7,00 a 19,15%	12/2029	344.548	272.171
Empréstimo exportação	US\$	4,53%	01/2022	-	282
				398.396	327.724
Circulante				112.390	103.996
Não circulante				286.006	223.728
				398.396	327.724

Os empréstimos e financiamentos classificados como não circulantes têm seus vencimentos conforme a seguir:

	2022	2021
2023	-	97.468
2024	79.671	57.862
2025	74.095	38.680
2026	59.798	29.718
2027 e após	72.442	-
	286.006	223.728

Resumo das características dos empréstimos

a) *Ativo imobilizado em moeda nacional*

Representado por Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME garantido por alienação fiduciária de máquinas e equipamentos financiados. Possui taxa pré-fixada de juros e prazo de amortização médio de 80 meses.

b) *Ativo imobilizado em moeda estrangeira*

Refere-se à operação de financiamento para aquisição de máquinas utilizadas no processo produtivo da Companhia, garantido por alienação fiduciária de máquinas e equipamentos financiados. Referidas operações são registradas pelo custo amortizado, acrescido das taxas de juros contratadas, quando aplicável, atualizadas pela taxa de câmbio pactuada. O vencimento final é previsto para 01/2024

Facchini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

12. Empréstimos e financiamentos-Continuação

Resumo das características dos empréstimos--Continuação

c) *Capital de giro e outros*

Referem-se a linhas de crédito contratadas com instituições financeiras nacionais. Possuem taxas de juros prefixadas e prazo de amortização médio de 24 meses, em sua maioria com 12 meses de carência. Esses são garantidos por avais e fianças pela controladora Facchini Participações S.A., não há notas promissórias e cartas fiança.

A Companhia não possui em seus contratos de empréstimos vigentes cláusulas restritivas.

A movimentação dos empréstimos no período é como a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo inicial	327.724	207.120
Apropriação de juros e variações	51.453	22.428
Novos empréstimos	150.983	206.715
Pagamento de juros	(52.464)	(21.698)
Pagamento de principal	(79.300)	(86.841)
Saldo final	398.396	<u>327.724</u>

13. Arrendamento mercantil

Valor contábil líquido ao fim do exercício

<u>Tipo</u>	<u>Taxa de juros ao ano (%)</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
"Leasing" em moeda nacional	7,10 a 18,00%	06/2025	13.288	22.107
			13.288	<u>22.107</u>
Circulante			9.286	10.628
Não circulante			4.002	11.479
			13.288	<u>22.107</u>

O valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil financeiro, classificado como não circulante, tem seus vencimentos conforme a seguir:

Facchini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

13. Arrendamento mercantil--Continuação

Valor contábil líquido ao fim do exercício--Continuação

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
2023	-	8.250
2024	3.277	2.658
2025	725	571
	4.002	11.479

Refere-se, substancialmente, a operações de “*leasing*” mercantil financeiro com a finalidade de aquisição de veículos, maquinários e equipamentos industriais.

Referidas operações são registradas pelo seu valor presente, acrescido das taxas de juros contratadas, quando aplicável, atualizadas pela taxa de câmbio pactuada.

Em 31 de dezembro de 2022, o custo do imobilizado, líquido de depreciação, conforme Nota Explicativa nº 8, referente às operações de “*leasing*” financeiro é de R\$26.609 (R\$29.588 em 2021).

A movimentação dos arrendamentos mercantis é como a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo inicial	22.107	17.440
Apropriação de juros e variações	2.300	1.792
Novos leasings	585	13.684
Pagamento de juros	(2.300)	(1.792)
Pagamento de principal	(9.404)	(9.017)
Saldo final	13.288	22.107

Facchini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

14. Transações com partes relacionadas

A Companhia mantém saldos e realiza transações com partes relacionadas em montantes significativos em relação à sua posição patrimonial e financeira e aos resultados de suas operações, com prazos e condições definidos entre as partes.

a) Saldos

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ativos		
Circulante (contas a receber - partes relacionadas)	<u>286</u>	-
Total circulante	<u>286</u>	-
Passivos		
Circulante (Arrendamento a Pagar) (ii):		
RER Participações S.A.	25.123	20.328
Unibens Participações S.A.	2.433	2.064
Kid Participações S.A.	1.277	1.117
RKBens Participações S.A.	7.218	5.369
NR Participações S.A.	1.365	1.174
Facchini Participações S.A. (redução de capital ocorrida em agosto de 2018)	8.000	8.000
Total circulante (exceto dividendos a pagar)	<u>45.416</u>	<u>38.052</u>
Circulante (dividendos a pagar) - Nota explicativa nº19:		
Facchini Participações S.A.	<u>53.375</u>	54.224
Não circulante		
Facchini Participações S.A.	<u>963</u>	986
Não circulante (Arrendamento Operacional a Pagar) (i):		
RER Participações S.A.	57.635	72.974
Unibens Participações S.A.	5.710	7.472
Kid Participações S.A.	2.701	3.684
RKBens Participações S.A.	20.911	21.870
NR Participações S.A.	1.376	2.594
	<u>88.333</u>	<u>108.594</u>
Total não circulante	<u>89.296</u>	<u>109.580</u>

b) Transações

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Resultado:		
Aluguéis à RER Participações S.A.	30.702	24.859
Aluguéis à Unibens Participações S.A.	3.090	2.389
Aluguéis à RKBens Participações S.A.	1.616	4.866
Aluguéis à Kid Participações S.A.	9.006	1.358
Aluguéis à NR Participações S.A.	1.497	1.357
	<u>45.911</u>	<u>34.829</u>

(i) Nota explicativa 2.3.e. - Arrendamentos

Facchini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

15.Parcelamento de tributos

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Parcelamento Ordinário - ICMS SP (a)	5.028	6.439
Parcelamento Ordinário - RFB (b)	3.464	4.641
	8.492	11.080
Circulante	3.904	3.456
Não circulante	4.588	7.624
	8.492	11.080

(a) PARCELAMENTO ORDINÁRIO - ICMS SP

No ano de 2020, a Companhia aderiu ao Parcelamento Ordinário do Estado de São Paulo visando equalizar e regularizar passivos tributários relativos ao ICMS dos meses de março e abril de 2020 devido as incertezas causadas pela COVID-19. Consoante referido programa, foi aprovado o pagamento parcelado desse tributo em 60 meses, com vencimento final em 2025 e saldo atualizado pela SELIC.

(b) PARCELAMENTO ORDINÁRIO - RFB

Em janeiro de 2020, a Companhia aderiu ao Parcelamento Ordinário da Secretaria da Receita Federal do Brasil visando regularizar passivos tributários relativos à IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Este foi aprovado o pagamento parcelado desse tributo em 60 meses, com vencimento final em 2024 e saldo atualizado pela SELIC.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o parcelamento classificado como não circulante tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
2023	-	3.456
2024	3.798	3.456
2025	790	712
	4.588	7.624

16. Faturamento antecipado

A Companhia emite notas fiscais que representam vendas para entrega futura, em função de negociações comerciais necessárias para obtenção de financiamentos para aquisição de implementos rodoviários pelos clientes. O reconhecimento da receita e dos débitos de ICMS, Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre estas vendas ocorre por ocasião da transferência da titularidade e da posse do produto aos clientes. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos de faturamento antecipado correspondem a R\$137.246 e R\$137.523, respectivamente.

Facchini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

17. Antecipação de clientes

Os saldos das antecipações de clientes (R\$42.339 em 2022 e R\$86.300 em 2021) referem-se ao sinal recebido para o início da fabricação de determinados produtos comercializados e não estão sujeitos a atualizações monetárias ou encargos financeiros.

18. Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

A Companhia possui processos judiciais em andamento perante diferentes tribunais e instâncias de natureza fiscal, trabalhista e cível. Para esses processos foram apresentadas defesas administrativa ou judicial. A Administração e seus assessores legais acreditam em decisão final favorável à Companhia na maior parte dos processos.

a) Perdas prováveis

A Companhia reconheceu, em 31 de dezembro de 2022, provisões para fazer face aos processos considerados prováveis de perda. Os saldos destas provisões são demonstrados a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Risco trabalhista	7.805	4.766
Risco cível	4.050	2.064
Total	11.855	6.830

A movimentação do saldo durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é conforme segue:

	<u>2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas/ reversões</u>	<u>2022</u>
Risco trabalhista	4.766	6.586	(3.547)	7.805
Risco cível	2.064	2.053	(67)	4.050
Total	6.830	8.639	(3.614)	11.855

Não há depósitos judiciais diretamente vinculados aos processos em andamento.

Facchini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

18. Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis--Continuação

b) Perdas possíveis

A Companhia possui ações de natureza fiscal, trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e por seus consultores legais como possíveis, para os quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Risco trabalhista	1.509	738
Risco cível	5.542	4.768
	<u>7.051</u>	<u>5.506</u>

O risco cível refere-se, substancialmente, a processos por danos morais, dentre outros. O risco trabalhista refere-se, substancialmente, a pleitos de indenizações diversas movidos por ex-funcionários.

c) Ativo contingente

A Companhia é autora em diversas ações judiciais, no âmbito federal, nas quais são discutidas, dentre outras, as seguintes matérias:

- (i) Pagamento da contribuição ao Seguro de Acidentes do Trabalho - SAT na alíquota de 2%, bem como a devolução dos valores já recolhidos indevidamente.

A Companhia não registrou contabilmente os ganhos contingentes decorrentes de processos tributários que dependem de levantamentos contábeis, como por exemplo recuperação de créditos, pois somente efetuará tais levantamos caso tenha êxito na discussão do mérito de tais processo.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia obteve decisão final transitada em julgado em relação a sua ação que discutia a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins, conforme mencionado na Nota 10.

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social subscrito e integralizado é composto por 2.192.600 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Facchini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

19. Patrimônio líquido--Continuação

b) Aumento

Em 25 de abril de 2022, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$350.000, sendo R\$105.827 referente ao saldo da conta “Reserva de incentivos fiscais” e R\$244.173 referente a parte da conta “Reserva de retenção de lucros”.

c) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei 6.404/76, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social.

d) Reserva de incentivos fiscais

A Lei nº 12.973/2014 em seu art. 30, § 3º destaca que a transferência do valor da receita de subvenções, através de lucros acumulados, para a reserva de incentivos fiscais está limitada ao valor do lucro líquido do exercício. Nos exercícios em que a Companhia apurar prejuízo contábil ou lucro líquido inferior à parcela da subvenção governamental, não podendo, nesse caso, constituir a Reserva de Incentivo no montante devido, devera tal constituição ocorrer nos períodos subsequentes.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia destinou para a reserva de incentivo o montante de R\$50.415 dos quais R\$50.217 correspondem aos incentivos fiscais de seus estabelecimentos localizados no Estado de Mato Grosso do Sul - “MS Forte - Indústria”, no Estado da Bahia - “Programa Desenvolve”, no Estado de Pernambuco - “PROIND” e as subvenções calculadas com base na Lei Complementar nº 160/2017, esses são registrados diretamente no resultado do exercício, na rubrica “Deduções de vendas”, pois são benefícios diretamente relacionados ao ICMS sobre as vendas. O valor R\$198 corresponde ao incentivo fiscal no Estado do Pará - “SUDAM”, registrado diretamente no resultado do exercício, na rubrica “lucro da exploração”.

Facchini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

19. Patrimônio líquido--Continuação

d) Reserva de incentivos fiscais--Continuação

As doações e subvenções serão tributadas pelo imposto de renda e pela contribuição social caso haja:

- (i) Capitalização do valor e posterior restituição de capital aos sócios, mediante redução do capital social, hipótese em que a base para a incidência será o valor restituído, limitado ao valor total das exclusões decorrentes de doações ou subvenções governamentais para investimentos.
- (ii) Restituição de capital aos sócios, mediante redução do capital social, nos cinco anos posteriores à data da doação ou subvenção, com posterior capitalização do valor da doação ou subvenção, hipótese em que a base para a incidência será o valor restituído, limitado ao valor total das exclusões decorrentes de doações ou de subvenções governamentais para investimentos.
- (iii) Integração à base de cálculo dos dividendos obrigatórios.

e) Reserva para capital de giro

Conforme requerido pelo artigo 202, parágrafo 6º da Lei nº 6.404/76, complementada pela Lei nº 10.303/01, o saldo desta reserva refere-se à destinação do valor remanescente dos lucros não distribuídos para fazer face aos projetos de expansão da Companhia, proposta esta que será submetida à apreciação na Assembleia Geral Ordinária.

De acordo com o artigo 199 da Lei nº 6.404/76, quando a reserva de lucros excede o capital social, a Companhia deverá deliberar sobre o excesso na Assembleia Geral Ordinária aumentando o capital ou distribuindo dividendos. Em 2021, a Companhia apresentou excesso de saldo na reserva de lucros, sendo deliberado o aumento do capital social na Assembleia Geral Ordinária realizada em 25 de abril de 2022 (Nota 19(b)).

Facchini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

19. Patrimônio líquido--Continuação

f) Dividendos

De acordo com o estatuto social, os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 1% do lucro líquido anual ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Os dividendos foram calculados conforme a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	436.357	446.708
(-) Reserva de incentivos fiscais	(50.416)	(53.051)
(-) Reserva legal (5%)	(21.818)	(19.683)
Lucro líquido do exercício ajustado	<u>364.123</u>	<u>373.974</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	3.641	3.740
Dividendos adicionais do saldo de reserva de capital de giro aprovados em 25 de abril de 2022 (2021 - abril de 2021)	8.260	48.926
Saldo de dividendos não liquidados de ano anterior	54.418	11.874
Dividendos pagos no exercício	(12.944)	(10.122)
Saldo de dividendos a pagar - Nota explicativa nº14	<u>53.375</u>	<u>54.418</u>

Resultado por ação

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	436.357	446.708
Quantidade de ações Ordinárias - em milhares	2.192.600	2.192.600
Lucro básico e diluído por ação	<u>199,01</u>	<u>203,73</u>

A Companhia não possui nenhum instrumento diluidor do lucro por ação.

20. Receita operacional líquida

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita operacional bruta:		
Mercado interno - implementos rodoviários e peças	3.966.129	3.516.719
Mercado interno - serviços	31.453	27.713
Mercado externo - implementos rodoviários e peças	105.994	83.850
(-) Impostos/vendas e serviços	(769.506)	(693.431)
(-) Devoluções e abatimentos	(15.820)	(16.603)
Receita operacional líquida	<u>3.318.250</u>	<u>2.918.248</u>

Facchini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

21. Gastos por natureza

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2022	2021
<u>Despesas por natureza:</u>		
Matérias-primas e materiais de consumo	(1.805.586)	(1.610.879)
Despesas com empregados	(419.810)	(387.893)
Despesas de depreciação e amortização	(58.581)	(49.684)
Despesas de depreciação arrendamentos	(38.070)	(28.492)
Arrendamentos de baixo valor e prazo inferior a 1 ano	(1.402)	(946)
Materiais auxiliares	(120.782)	(120.252)
Despesas com manutenção	(58.776)	(59.596)
Energia elétrica	(34.525)	(31.089)
Comissões sobre vendas	(49.124)	(43.684)
Serviços de terceiros	(14.331)	(19.360)
Honorários da administração	(7.662)	(6.510)
Despesas taxas e contribuições	(8.791)	(6.888)
Outras despesas	(117.863)	(90.721)
Total	(2.735.303)	(2.455.994)
<u>Classificadas como:</u>		
Custo dos produtos vendidos	(2.441.990)	(2.207.840)
Comerciais	(181.833)	(151.148)
Administrativas e gerais	(103.818)	(90.496)
Honorários da administração	(7.662)	(6.510)
Total	(2.735.303)	(2.455.994)

22. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2022	2021
Perda/ganho líquido apurado na venda de ativo imobilizado	8.972	2.118
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(5.025)	(105)
Provisão para garantia	(703)	(8.442)
Provisão para perdas esperadas	(711)	(111)
Provisão para perdas de estoque	(3.814)	(3.935)
Provisão para participação nos resultados	(11.094)	(12.469)
Recuperação tributária e/ou créditos fiscais (a)	8.290	118.421
Lucro da exploração	196	546
Outras receitas operacionais	3.220	6.259
Outros	2.251	(5.596)
	1.582	96.686

(a) Refere-se substancialmente ao processo transitado em julgado em 2021 referente a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins, conforme mencionado na Nota 10.

Facchini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

23. Resultado financeiro

	2022	2021
<u>Receitas financeiras:</u>		
Receita com aplicações financeiras	83.848	26.584
Juros (i)	13.330	49.986
Descontos obtidos	4.173	1.681
	101.351	78.251
<u>Despesas financeiras:</u>		
Juros	(71.186)	(37.888)
Descontos concedidos	(1.043)	(2.074)
Despesas bancárias	(1.931)	(1.725)
Outras despesas	(139)	(95)
	(74.299)	(41.782)
Variação monetária e cambial, líquida	(85)	(45)
Resultado financeiro	26.967	36.424

(i) Em 2021, consideram substancialmente a atualização monetária referente ao processo transitado em julgado em 2021 referente a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins, conforme mencionado na Nota 10.

24. Compromissos futuros

A Companhia possui diversos contratos de arrendamentos de edificações, com vigência de dois a 9 anos e atualizados pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M). Estes enquadram-se no pronunciamento técnico CPC 06 (R2) - "Arrendamentos" em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, por decorrerem de contratos, que transferem o direito de controlar o uso de um ativo identificado, por tempo determinado, em troca de uma contraprestação como exigem os itens 9 a 11 do CPC 06 (R2). Deste modo, neste CPC não se enquadram mais somente os contratos de arrendamento mercantil financeiro - "leasing", mas também os arrendamentos sem opção de compra - "aluguéis" se possuírem as características acima descritas. Vide Nota Explicativa nº 9.

25. Gestão de risco financeiro

a) Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem aos seguintes riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de taxa de juros). O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos financeiros de risco similares.

Facchini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

25. Gestão de risco financeiro--Continuação

a) Fatores de risco financeiro--Continuação

Fatores de risco

Os principais fatores de risco de mercado que podem afetar os negócios da Companhia podem ser assim enumerados:

Risco de crédito: riscos de crédito em contas a receber de clientes que, de forma geral, não têm garantias, além de vendas realizadas mediante linhas de crédito disponibilizadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Os procedimentos adotados para minimizar tais riscos incluem a seletividade dos clientes, mediante uma adequada análise de crédito, estabelecimento de limites de venda e prazos curtos de vencimento dos títulos. As perdas estimadas com esses clientes são integralmente provisionadas.

O risco advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras, gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise e seleção de clientes e instituições financeiras de primeira linha para realização de operações financeiras.

Risco de taxa de câmbio: possibilidade de perdas por flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores captados no mercado ou reduzam os valores dos títulos a receber expressos em moeda estrangeira.

A exposição cambial da Companhia, em 31 de dezembro 2022 e 2021, é como segue:

	<u>Moeda</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Taxa do dólar norte-americano		5,2171	5,5799
Ativo:			
Contas a receber de clientes	R\$	15.642	8.744
Adiantamento de contrato de importação	R\$	3.772	3.953
Ativo exposto		<u>19.414</u>	<u>12.697</u>
Passivo:			
Fornecedores no exterior	R\$	(13.939)	(35.084)
Adiantamento de contrato de exportação	R\$	(4.326)	(12.211)
Finame em moeda estrangeira	R\$	(4.768)	(12.293)
Passivo exposto		<u>(23.033)</u>	<u>(59.588)</u>
Passivo exposto, líquido		<u>(3.619)</u>	<u>(46.891)</u>

Facchini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

25. Gestão de risco financeiro--Continuação

a) Fatores de risco financeiro--Continuação

Fatores de risco--Continuação

Risco de taxas de juros: é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou não auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos captados e ativos aplicados no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos dessas oscilações, a Companhia adota política de diversificação, alternando a contratação de suas dívidas.

Risco de liquidez: é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas a terceiros ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Administração que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, além de manter espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou as cláusulas dos empréstimos (quando aplicáveis) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Facchini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

25. Gestão de risco financeiro--Continuação

a) Fatores de risco financeiro--Continuação

Fatores de risco--Continuação

Risco de liquidez--Continuação

Exposição ao risco de liquidez

Os valores contábeis dos passivos financeiros com risco de liquidez estão representados abaixo:

	2022				
	Valor contábil	até 12 meses	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos	acima de 5 anos
Fornecedores	340.024	340.024	-	-	-
Arrendamento mercantil	13.288	9.286	4.002	-	-
Empréstimos e financiamentos	398.396	112.390	153.766	90.353	41.887
Arrendamento a pagar	132.224	40.140	83.206	8.878	-
Outras contas a pagar	31.038	29.175	1.863	-	-
	682.746	490.875	159.631	90.353	41.887

	2021				
	Valor contábil	até 12 meses	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos	acima de 5 anos
Fornecedores	424.871	424.871	-	-	-
Arrendamento mercantil	22.107	10.628	10.908	571	-
Empréstimos e financiamentos	327.724	103.996	155.330	64.661	3.737
Arrendamento a pagar	143.067	31.910	76.518	34.639	-
Outras contas a pagar	30.007	27.044	6.830	-	-
	804.709	566.539	173.068	65.232	3.737

b) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Facchini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

25. Gestão de risco financeiro--Continuação

b) Gestão de capital--Continuação

A Companhia vem acumulando recursos e reservas de lucros de forma a corresponder com os investimentos que estão sendo projetados com a necessidade de capital de giro necessária para os próximos anos. A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Gestão de capital		
Total do passivo (excluindo dividendos)	1.246.107	1.348.974
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(886.806)	(611.993)
(=) Dívida líquido (a)	359.301	736.981
Total do patrimônio líquido (b)	1.422.701	998.413
Relação dívida líquida sobre capital ajustado (a/b)	0,25	0,74

c) Estimativa do valor justo

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1: preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os ativos e passivos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado.

Facchini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

25. Gestão de risco financeiro--Continuação

d) Instrumentos financeiros por categoria

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<u>Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	886.806	611.993
Contas a receber de clientes	196.798	127.602
Outros ativos	21.736	31.393
Total	1.105.340	770.988
<u>Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado:</u>		
Fornecedores	340.024	424.871
Contas a pagar partes relacionadas	8.963	8.986
Arrendamento mercantil	13.288	22.107
Arrendamento operacional a pagar	132.224	143.067
Empréstimos e financiamentos	398.396	327.724
Outros passivos	31.038	30.007
	923.933	956.762

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

26. Seguros

A Companhia possui cobertura de seguros, cuja descrição e valores limitados encontram-se a seguir:

<u>Bens segurados</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Moeda</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prédios e conteúdos (próprios)	Incêndio, raio, explosão, implosão	R\$	2.000	2.000
Prédios locados (Mirassol/SP)	Incêndio, raio, explosão, implosão	R\$	3.700	50.000
Veículos leves	Colisão, responsabilidade civil	R\$	200	200
Veículos pesados (terceiros)	Colisão, responsabilidade civil	R\$	500	500
Aeronave	Acidentes, responsabilidade civil	US\$	50.000	50.000
Responsabilidade civil (pátio)	Responsabilidade civil geral	R\$	8.000	8.000

Facchini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

27. Benefícios a empregados

A Companhia concede benefícios a seus empregados de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e as políticas internas. Esses benefícios são concedidos apenas a funcionários ativos e não se referem a direito adquirido. Os benefícios concedidos são os seguintes:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Participação nos lucros e resultados (*)	10.872	9.967
Cartão-alimentação	39.542	34.925
Assistência médica e odontológica	4.268	3.113
Total	<u>54.682</u>	<u>48.005</u>

(*) A Companhia concede participação nos resultados aos seus empregados com base em acordos coletivos firmados com o sindicato da categoria. Esse benefício está vinculado ao cumprimento de metas previamente estabelecidas.

Esses benefícios foram apropriados aos resultados nas rubricas “Custo dos produtos e serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

28. Remuneração dos administradores

A remuneração dos principais administradores, que possuem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle da Companhia, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, cujo montante é reconhecido contabilmente como despesa e, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi de R\$7.662 (R\$6.510 em 2021). A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em participações societárias.

* * *